

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0004883-14.2018.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
Requerente: **OSMARINO GALVAO**  
Requerido: **PONTOFRIO.COM (CNOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor almeja à condenação da ré consistente em indenizar-lhe por um produto que adquiriu e não foi lhe entregue.

Sustentou que adquiriu o produto através do site da ré, e mediante acesso ao site também gerou um boleto que posteriormente efetuou o pagamento.

Não mérito o pedido não é favorável

Vê-se claramente que a ré não teve qualquer participação no episódio trazido a colação pelo autor.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O próprio autor reconheceu-se vítima de fraude praticada por terceiros, mas não trouxe nada aos autos que demonstrasse qualquer vinculação com o site da ré.

A demonstração do pagamento de um boleto com a denominação da ré, não leva necessariamente a conclusão que tal fraude se deu no ambiente virtual da ré, aonde sim ela teria o dever de cuidado com as transações ali pactuadas.

Não se sabe em que condições o autor gerou o boleto que posteriormente efetuou o pagamento.

A ré quanto ao tema não estabeleceu liame com o autor, não podendo em consequência ser chamada à restituição desejada.

Os documentos de fls. 02/03 não se prestam a isso, não tendo o autor ao logo de todo o processo produzido prova documental que levasse à ideia de que o acerto com a ré se deu nos moldes traçados a fl. 01.

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da pretensão vestibular, não se entrevedo irregularidade da ré que demandasse reparação da forma preconizada.

Nem se diga, por fim, que a aplicação ao caso da regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC modificaria o quadro delineado, seja diante da presença de dados que atuam em favor da ré, seja em face da falta de outros que beneficiassem a posição do autor, até mesmo quanto ao montante que buscou sem receber, sem qualquer lastro probatório.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 06 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**